



Grupo Caixa Geral de Depósitos

Fundo Especial de Investimento Aberto
CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS

RELATÓRIO & CONTAS

1º SEMESTRE DE 2011

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO	2
MERCADOS DE CAPITAIS	4
MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS	7
ACTIVIDADE DO FUNDO	8
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO	

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

Evolução Global

No primeiro semestre de 2011, a economia mundial manteve-se em expansão moderada. As economias, sobretudo as emergentes, registaram crescimentos positivos, tendo a inflação estado em destaque, com incrementos devido à subida dos preços dos bens alimentares e energéticos. Assistiu-se a um aumento das taxas directoras, em maior número nos países emergentes, e inclusive na Área Euro, onde o Banco Central Europeu (BCE) decretou dois agravamentos da sua taxa, o último dos quais já em Julho, embora tenha continuado a descrever o nível daquela como extremamente expansionista. Nos EUA, a Reserva Federal norte-americana teve uma actuação divergente, mantendo as taxas sem alteração no nível mínimo.

Estados Unidos da América

Os indicadores de confiança e de actividade norte-americanos, que evidenciaram uma melhoria durante o primeiro trimestre, mostraram um arrefecimento ao longo dos três meses seguintes. Até Março, a taxa de desemprego manteve a tendência de descida do final do ano passado, com a criação de emprego a surpreender em alta, enquanto a confiança dos industriais subiu, atingido o valor mais elevado desde o início da crise. Após o final do primeiro trimestre, assistiu-se a uma inversão dessas tendências, a par de um forte abrandamento do consumo das famílias. A Reserva Federal (FED) reconheceu no final do semestre, em sintonia com a mais recente evolução dos indicadores, que a retoma perdeu vigor e reduziu as suas estimativas de crescimento económico. Quanto à inflação, e à semelhança do que aconteceu nos principais blocos e economias, esta aumentou no decurso do período em análise, tendo a respectiva variação homóloga, no final do semestre, atingido o nível mais elevado desde meados de 2008.

Zona Euro

Os indicadores económicos da Zona Euro mostraram no decurso do primeiro semestre um desempenho acima do esperado. Ainda no 1º trimestre, o PIB cresceu 0.8%, pelo sétimo trimestre consecutivo de crescimento. Consistente com a subida da confiança no sector industrial, a produção revelou igualmente uma expansão, enquanto o consumo privado surpreendeu pela positiva, assim como a confiança dos consumidores, consistente com os indícios de estabilização do mercado laboral. O crescimento de preços no consumidor permaneceu sempre acima do limite de 2% pretendido pelo BCE, contribuindo para a alteração, já referida, da taxa de juro directora, embora o banco central tenha anunciado que as medidas não convencionais de política monetária se irão manter pelo menos até ao final do 3º trimestre.

Portugal

Em Portugal, o crescimento económico, referente ao 1º trimestre de 2011, registou uma contracção em cadeia de -0.6%, o segundo decréscimo consecutivo. Os indicadores divulgados relativos ao segundo trimestre mantiveram a tendência de descida que se registava desde o início do ano, consistente com uma nova contracção da

actividade. De acordo com o Eurostat, a taxa de desemprego aumentou, fixando-se ainda em Maio nos 12.4%, o valor máximo desde que existe registo histórico. Ainda no primeiro trimestre, de acordo com o INE, a população desempregada atingiu os 688 900 indivíduos. Após ter aumentado até aos 4.1% em Abril, a taxa de inflação revelou uma moderação nos meses seguintes, fixando-se nos 3.4%, em termos homólogos, em Junho, devido ao menor contributo das rubricas relativas à energia e à alimentação.

Devido a dificuldades de acesso aos mercados financeiros internacionais foi solicitado um plano de ajuda externa a Portugal, negociado entre o Governo e a troika formada por membros da Comissão Europeia (CE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Central Europeu (BCE), que condicionará a economia portuguesa nos próximos 2 anos.

Perspectivas

No início do segundo semestre de 2011 subsistem diversas incertezas, sendo o destaque mais recente o abrandamento da actividade sugerido pelos últimos indicadores avançados, em particular na indústria transformadora. O receio de crescimento mais moderado aumenta num contexto em que existe um espaço consideravelmente menor para o reforço ou implementação de novas medidas de estímulo, em particular devido ao aumento da inflação.

Entre os investidores continuará certamente a figurar a preocupação com a questão da dívida soberana, em particular com as difíceis condições de financiamento, e com os receios de incumprimento da dívida por parte da Grécia. De igual modo, a dificuldade na obtenção de um acordo, entre democratas e republicanos nos EUA, para aumentar o montante máximo de endividamento público, e estabelecer um forte compromisso para reduzir as despesas no longo prazo, mostra que a questão da dívida soberana poderá não se restringir ao espaço da Zona Euro.

A pesar ainda sobre as perspectivas económicas estará a situação nos países emergentes. O contexto de aceleração dos preços nestas economias poderá ampliar as dúvidas relativamente à actuação das autoridades monetárias, uma vez que as taxas de juro permanecem num nível baixo, aumentando, consequentemente, os receios de uma possível desaceleração da actividade, nomeadamente na China.

MERCADO DE CAPITAIS

Mercado Monetário

No primeiro semestre de 2011, o Banco Central Europeu (BCE) iniciou o ciclo de subida das taxas directoras, com um aumento de 25p.b. no mês de Abril, o que fixou a taxa directora em 1.25%, indiciando subidas adicionais nos meses subsequentes. A subida registada deveu-se essencialmente às pressões inflacionistas, assim como a evidências de robustez da recuperação económica no agregado europeu. Adicionalmente, foram mantidas as medidas extraordinárias de cedência de liquidez ilimitada aos bancos comerciais. Relativamente às taxas de juro de mercado monetário, os diferentes prazos exibiram um comportamento ascendente, na sequência do início de remoção das políticas monetárias expansionistas, com a taxa Euribor a 3 meses a variar 0.54p.b., de 1% para 1.54%, e o mesmo indexante para o prazo de 12 meses a subir 66p.b., de 1.51% para 2.16%.

Mercado de Taxa de Juro

Nos primeiros seis meses do ano, o mercado de taxa de juro registou uma performance negativa, com o índice europeu agregado (JP Morgan EUR) a registar uma desvalorização de 0.5%. Ainda assim, foi visível um desempenho diferenciado entre o primeiro e segundo trimestre do ano, com uma subida de *yields* no primeiro trimestre, motivada pela divulgação de dados económicos positivos e consequentes expectativas de início da remoção das políticas monetárias expansionistas vigentes, e uma descida destas no período subsequente pela razão inversa, com a divulgação de dados económicos fracos, assim como a emergência de novos riscos associados à crise da dívida soberana. Neste sentido, foram visíveis desempenhos diferenciados entre os mercados dos diferentes países, com os índices de países periféricos a registarem desvalorizações significativas, nomeadamente, Portugal (-19.4%) e Grécia (-14.3%), dado o comportamento de subida de *yields* e alargamento significativo de *spreads* face às obrigações alemãs. No que respeita aos países de melhor qualidade creditícia, designadamente Alemanha e França, registaram comportamentos igualmente negativos, mas em menores magnitudes, com o efeito de desvalorização registado ao longo do primeiro trimestre a sobrepor-se à valorização no período posterior, dado o carácter de refúgio e de menor risco percebidos pelos investidores. Assim, foi visível uma desvalorização de 0.2% e 0.1% dos índices alemão e francês, respectivamente. Por outro lado, o mercado de taxa de juro americano beneficiou do estatuto de elevada liquidez, de menor risco e da manutenção das políticas monetárias expansionistas, o que se traduziu numa tendência de descida de *yields* no segundo trimestre e numa valorização de 2.3% do índice JP Morgan US no período temporal em análise.

Mercado de Crédito

A primeira metade do ano de 2011 caracterizou-se por uma tendência de alargamento de *spreads* de obrigações de risco de crédito relativamente a obrigações de governos de referência. O movimento foi influenciado por questões relacionadas com o risco soberano de alguns países da área do Euro, nomeadamente Grécia e Portugal, mas também por Espanha e Itália. Este factor foi particularmente negativo para o mercado de crédito nos meses de Janeiro, Maio e Junho, associado ao risco de refinanciamento dos países periféricos, ao recurso ao mecanismo de assistência financeira por Portugal e à insuficiência das medidas de austeridade implementadas pela Grécia para fazer face à crise da dívida soberana do país. Em termos sectoriais, destaque positivo para o sector financeiro, excluindo sector financeiro de países periféricos, e destaque negativo para empresas financeiras e não financeiras

de países periféricos. Em termos de actividade de mercados de capitais, a liquidez foi crescente entre os meses de Janeiro e Abril, com uma retracção posterior entre Maio e Junho, em parte explicada pela crise da dívida soberana na Europa e receios associados ao risco sistémico que representa, nomeadamente perante a possibilidade de alastramento para países como Espanha e Itália, causando um aumento da volatilidade nos mercados, redução dos níveis de apetência pelo risco por parte dos investidores e o consequente alargamento de *spreads*.

Mercados Accionistas

Ao longo do primeiro semestre de 2011 foi visível uma valorização dos principais mercados accionistas, com um comportamento significativamente positivo nos primeiros três meses do ano, e uma correcção no trimestre posterior, que ainda assim não alterou significativamente o desempenho semestral dos índices. O comportamento positivo dos mercados de referência no primeiro trimestre de 2011 teve como suporte factores macroeconómicos e microeconómicos. Relativamente aos factores macroeconómicos, destaque para a divulgação de dados económicos positivos e consequentes expectativas de forte crescimento económico no ano de 2011. Por outro lado, a performance positiva dos mercados accionistas foi ainda alicerçada na divulgação de resultados empresariais bastante positivos. Inversamente, a performance negativa dos índices accionistas no segundo trimestre do ano prendeu-se com a divulgação de dados macroeconómicos fracos, associados em parte à crise política que emergiu nos países do Médio Oriente e Norte de África (MENA) e que originou uma subida substancial do preço das matérias-primas energéticas, à catástrofe natural ocorrida no mês de Março no Japão, e ao agudizar da crise da dívida soberana na Europa. Assim, foi visível ao longo do período em análise, uma valorização do S&P 500 de 5%, enquanto que o índice accionista europeu MSCI Euro registou uma subida inferior, de 2% desde o início do ano.

No mercado accionista português, registaram-se perdas de 3.5% no primeiro semestre de 2011, com destaque para a performance negativa verificada ao longo do segundo trimestre do ano, fortemente afectada pela crise da dívida soberana no continente europeu e pelo recurso de Portugal ao mecanismo de assistência financeira FMI/BCE/CE. Em termos relativos, o índice accionista português registou, ao longo do período em análise, uma melhor performance que o índice grego, que se desvalorizou 13.3% e uma pior rendibilidade que o índice espanhol, que se valorizou 5%.

Mercado Cambial

A moeda única europeia registou uma forte apreciação face às principais moedas nos primeiros seis meses de 2011. A valorização registada pelo Euro face ao Dólar foi de 8.6% e deveu-se essencialmente a uma política monetária mais restritiva por parte do Banco Central Europeu, face ao seu congénere norte-americano, a Reserva Federal. Relativamente à Libra britânica, a moeda única europeia também evidenciou uma performance positiva entre os meses de Janeiro e Junho, apreciando-se 5.4%, tendo como factor explicativo, à semelhança do sucedido face aos EUA, divergências de política monetária entre os Bancos Centrais. Finalmente, relativamente ao Iene, o Euro registou uma apreciação de 7.7%, impulsionada em grande parte pelo desastre natural ocorrido no Japão no mês de Março, e respectivas consequências económicas e decisões de política monetária implementadas, que originaram uma forte pressão depreciativa da moeda nipónica.

Perspectivas

Numa conjuntura em que se mantêm inalteradas as expectativas de inflação, quer na Europa quer nos EUA, espera-se que se mantenham as actuais disparidades em termos de política monetária dos Bancos Centrais de ambos os blocos regionais. Por um lado, o Banco Central Europeu (BCE), que no decorrer do primeiro semestre do ano iniciou o ciclo de subida de taxas de referência, deverá continuar o processo de normalização de taxas, estando na actualidade incorporada uma subida da taxa directora para 1.75% até ao final do ano de 2011, sendo expectável, a curto prazo, a manutenção das medidas extraordinárias de cedência de liquidez ilimitada aos bancos comerciais. Inversamente, espera-se que a Reserva Federal Americana mantenha as taxas de juro directoras em níveis mínimos históricos ao longo do ano de 2011, assim como as medidas de política monetária não convencionais de estímulo à economia, designadamente, a manutenção da dimensão do balanço do banco central.

No que respeita aos mercados de taxa de juro, dever-se-á manter, no curto prazo, a tendência de dispersão entre países periféricos e ultraperiféricos e Alemanha, tendo em consideração as incertezas percebidas pelos mercados, relativas à crise da dívida soberana. No que concerne a este tema, o foco dos mercados permanecerá na capacidade de concretização dos planos de austeridade implementados na sequência da crise da dívida soberana, quer pelos países que recorreram ao mecanismo de assistência financeira, como por Espanha e Itália, assim como a possibilidade de reestruturação da dívida de alguns destes Estados europeus. Neste sentido, será expectável que sejam adoptadas medidas adicionais pelas autoridades europeias, que procedam a uma maior capacidade de resposta aos actuais receios dos investidores e de contenção dos riscos de contágio. Assim, os *spreads* entre países periféricos e Alemanha deverão permanecer voláteis no curto prazo. As *yields* de obrigações do tesouro alemãs deverão registar subidas progressivas, à medida que o BCE proceda à normalização das taxas directoras. Por outro lado, as *yields* da dívida soberana dos EUA de maturidades mais curtas deverão manter uma forte correlação com a evolução das expectativas de política monetária, enquanto que as *yields* de obrigações do tesouro de maturidades mais longas deverão acompanhar a dinâmica de crescimento económico e inflação, tendo como tal algum potencial de subida, pois fixam-se na actualidade em níveis historicamente reduzidos.

Apesar dos riscos inerentes à actual conjuntura económica, o enquadramento continua a ser de algum suporte para o mercado de crédito, nomeadamente tendo em consideração o nível elevado de *spreads*, assim como a situação financeira favorável evidenciada pelo sector empresarial no presente. Em termos sectoriais, a performance do sector financeiro deverá permanecer indexada à evolução da percepção, pelos investidores, do risco soberano, prevalecendo como tal alguma incerteza quanto ao seu desenvolvimento no curto prazo, mas a manutenção de perspectivas favoráveis numa perspectiva semestral.

Relativamente ao mercado accionista, as valorizações absolutas e relativas da classe continuam a denunciar a sua atractividade histórica face a outros mercados. Por outro lado, estarão condicionadas pelo comportamento das economias centrais, pela evolução do risco de *default* dos países periféricos europeus e pela evolução da inflação. No que respeita a evolução de resultados, os lucros das empresas deverão continuar em tendência de crescimento, impulsionados pela expansão de margens, e pelo crescimento das vendas. Adicionalmente, e após um período onde as decisões empresariais favoreceram mais a estrutura de credores (aumento dos níveis de liquidez em balanço), a fase actual do ciclo económico, associada à diferença substancial entre níveis de custo do capital e custo de endividamento, deverão gerar decisões de aumento de dividendos, recompra de acções e fusões e aquisições, o que deverá constituir um factor de suporte adicional para a classe.

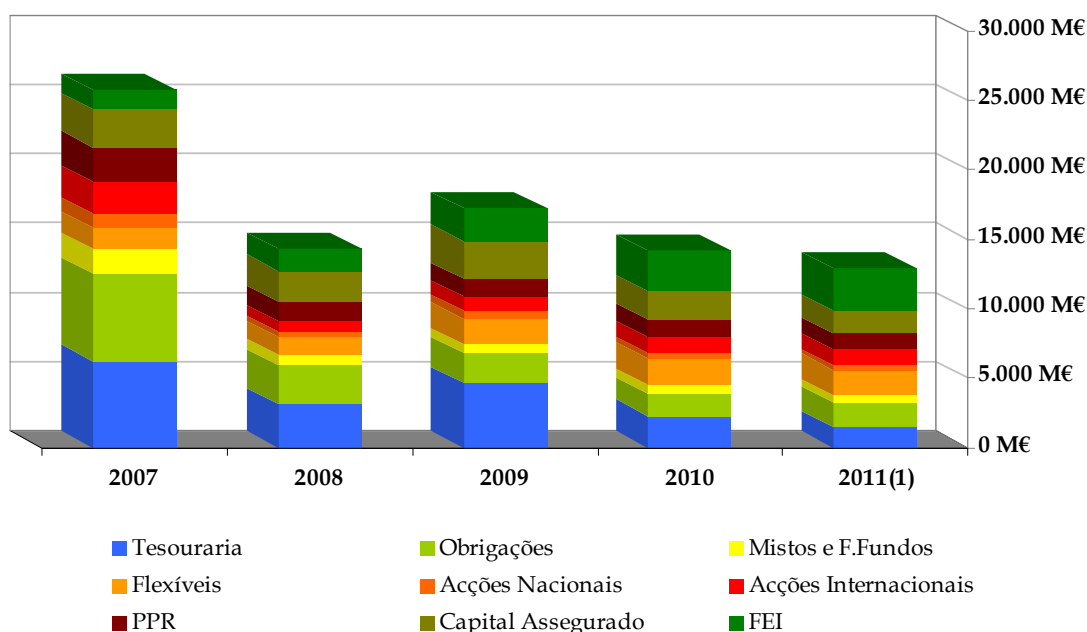
MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS

No final de Junho de 2011, o valor dos activos geridos pelas sociedades gestoras portuguesas situava-se em 12.861 Milhões de Euros (M€), o que correspondeu a uma variação negativa de 1341 M€ (9,6%) desde o início do ano.

Os Fundos de Tesouraria perderam 778 M€ (-34%) devido à deslocação das aplicações dos clientes bancários para Depósitos; e os Fundos de Capital Garantido diminuíram 460 M€ (-22%) essencialmente devido ao término de 9 destes fundos e à dificuldade de colocação de novos fundos, com prazos normalmente superiores a 3 anos.

Apenas as categorias de Fundos Especiais de Investimento e de Fundos de Obrigações registaram aumentos de 69 M€ e 142 M€, respectivamente.

MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS PORTUGUÊS



Fonte: APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, de Pensões e Patrimónios

Ao longo do semestre foram constituídos 38 fundos, maioritariamente Fundos Especiais de Investimento e de Capital Garantido, e foram liquidados 18 fundos, principalmente Fundos de Capital Garantido, elevando para 306, o número de fundos mobiliários portugueses em actividade.

No final do semestre, as cinco maiores sociedades gestoras portuguesas concentravam 83% do mercado de Fundos Mobiliários, situando-se a quota de mercado da Caixagest em 22,1%, mantendo a liderança do mercado.

ACTIVIDADE DO FUNDO

Caracterização do Fundo

O Fundo Especial de Investimento Aberto CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS iniciou a sua actividade em 24 de Outubro de 2005, é comercializado na CGD e destina-se a investidores que pretendem fazer aplicações de longo prazo superiores a 5.000€, com capitalização dos rendimentos gerados.

Estratégia de Investimento

O património do Fundo será composto por unidades de participação de fundos, e por outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das Energias Renováveis, Qualidade do Ambiente e Activos “carbon”.

Ao longo do primeiro semestre de 2011, o mercado de energias renováveis ficou marcado pelo debate sobre perigos da energia nuclear, na sequência da fuga radioactiva resultante do tsunami que ocorreu no Japão, pela crise geopolítica no Médio Oriente, e consequente impacto no preço do petróleo e seus derivados, e pelos receios relativamente ao risco soberano dos países periféricos europeus, que condicionou a realização de investimentos nesta classe de activos.

Estes factores tiveram reflexo na performance dos índices de acções de energias renováveis, como é o caso do índice Wilderhill New Energy Global, que perdeu 3.4% no período, um valor abaixo do registado pelos mercados accionistas mais generalistas.

Perante este enquadramento a gestão do Fundo procurou, ao longo do período, aumentar a exposição em fundos com objectivos de retorno absoluto, em detrimento de investimentos mais direccionais. Dentro da componente direccional, o Fundo optou por investir em fundos com um perfil mais defensivo aguardando a clarificação das políticas de suporte governamentais a serem seguidas pelos diferentes países para este sector, tendo terminado o semestre com uma exposição aproximada de 21% da carteira, contra os 27% de início do ano.

Avaliação do desempenho

Em 30 de Junho de 2011, o valor da carteira do fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS ascendia a 33.376.837,45€, e encontrava-se repartido por 5.883.295,0000 unidades de participação. Nos últimos doze meses, o fundo registou uma rendibilidade anual líquida de 1,63% e uma volatilidade de 5,37%.

Rendibilidade e Risco Históricos

Anos	Rendibilidade	Classe de Risco
2006	4,28%	3
2007	12,75%	4
2008	- 12,07%	3
2009	6,36%	3
2010	4,13%	2
2011 (*)	1,63%	2

(*)-Rendibilidade do fundo entre 30 de Junho de 2010 e 30 de Junho de 2011

Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP)

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo)

15 de Agosto de 2011

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2011			2010		CAPITAL DO FUNDO E PASSIVO	Notas	2011	2010
		Activo bruto	Mais-valias	Menos-valias	Activo líquido	Activo líquido				
CARTEIRA DE TÍTULOS							CAPITAL DO FUNDO			
Unidades de participação	3	28.369.999	4.727.210	(6.629)	33.090.580	39.225.422	Unidades de participação	1	29.416.475	36.908.430
DISPONIBILIDADES							Variações patrimoniais	1	1.531.889	2.433.275
Depósitos à ordem	3	671.931	-	-	671.931	1.754.497	Resultados transitados	1	2.832.647	1.036.201
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							Resultado líquido do período	1	(404.174)	550.166
Outros acréscimos e diferimentos		709	-	-	709	217			33.376.837	40.928.072
							TERCEIROS			
							Comissões a pagar		36.912	45.955
							Outras contas de credores	17	349.471	6.109
Total do Activo		29.042.639	4.727.210	(6.629)	33.763.220	40.980.136	Total do Capital do Fundo e do Passivo		386.383	52.064
									33.763.220	40.980.136
Número total de unidades de participação em circulação	1				5.883.295	7.381.686	Valor unitário da unidade de participação	1	5,6732	5,5445

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2011.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS		Notas	2011	2010	PROVEITOS		Notas	2011	2010
CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES				
Juros e custos equiparados:					Juros e proveitos equiparados:				
Outros, de operações correntes			7	21	Outros, de operações correntes		2.643	8.808	
Comissões:					Rendimento de títulos		425.135	621	
Da carteira de títulos			1	20	Ganhos em operações financeiras:				
Outras, de operações correntes	15		236.682	293.886	Na carteira de títulos		2.198.915	1.973.761	
Perdas em operações financeiras:					Em operações extrapatrimoniais		-	5.345	
Na carteira de títulos			2.444.074	1.136.300			<u>2.626.693</u>	<u>1.988.535</u>	
Em operações extrapatrimoniais			63	-					
Impostos sobre o rendimento	9		349.116	7.167					
Outros custos e perdas correntes	15		924	705					
			<u>3.030.867</u>	<u>1.438.099</u>					
CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS									
Perdas imputáveis a exercícios anteriores			-	270					
Resultado líquido do período			(404.174)	550.166					
			<u>2.626.693</u>	<u>1.988.535</u>			<u>2.626.693</u>	<u>1.988.535</u>	

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

<u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO FUNDO</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Recebimentos:		
Subscrições de unidades de participação	318.451	820.810
Pagamentos:		
Resgates de unidades de participação	<u>(3.995.527)</u>	<u>(2.476.830)</u>
Fluxo das operações sobre as unidades do Fundo	<u>(3.677.076)</u>	<u>(1.656.020)</u>
 <u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS</u>		
Recebimentos:		
Resgates de unidades de participação	5.793.642	6.973.202
Rendimento de títulos	425.135	621
Pagamentos:		
Subscrições de unidades de participação	(2.287.746)	(10.736.477)
Outras taxas e comissões	(1)	(20)
Fluxo das operações da carteira de títulos	<u>3.931.030</u>	<u>(3.762.674)</u>
 <u>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</u>		
Recebimentos:		
Operações cambiais	-	5.341
Pagamentos:		
Operações cambiais	(64)	-
Fluxo das operações a prazo e de divisas	<u>(64)</u>	<u>5.341</u>
 <u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u>		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	1.806	8.412
Vencimento de depósitos a prazo e com pré aviso	-	4.508.921
Pagamentos:		
Comissão de gestão	(220.863)	(268.985)
Comissão de depositário	(15.776)	(18.298)
Impostos e taxas	(15.988)	(7.549)
Juros de descobertos bancários	(7)	(21)
Constituição de depósitos a prazo e com pré aviso	-	(3.008.921)
Outros	(1.539)	(1.526)
Fluxo das operações de gestão corrente	<u>(252.367)</u>	<u>1.212.033</u>
Saldo dos fluxos monetários do período	1.523	(4.201.320)
Depósitos à ordem no início do período	670.408	5.955.817
Depósitos à ordem no fim do período	<u>671.931</u>	<u>1.754.497</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS”

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2011
(Montantes expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

O Fundo Especial de Investimento Aberto “Caixagest Energias Renováveis” (adiante igualmente designado por “Fundo”), foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 22 de Setembro de 2005, tendo iniciado a sua actividade em 24 de Outubro de 2005. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objecto o investimento em unidades de participação de fundos e de outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das energias renováveis, qualidade do ambiente e activos *carbon*.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 252/03, de 17 de Outubro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo. As notas cuja numeração se encontra ausente não são exigidas para efeito do anexo às contas semestrais, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcionalmente ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011, foi como segue:

	Saldo em 31.12.2010	Subscrições	Resgates	Transferências	Resultado líquido do período	Saldo em 30.06.2011
Valor base	32.676.265	280.475	(3.540.265)	-	-	29.416.475
Diferença para o valor base	1.949.175	37.976	(455.262)	-	-	1.531.889
Resultados transitados	1.036.201	-	-	1.796.446	-	2.832.647
Resultado líquido do período	1.796.446	-	-	(1.796.446)	(404.174)	(404.174)
	<u>37.458.087</u>	<u>318.451</u>	<u>(3.995.527)</u>	<u>-</u>	<u>(404.174)</u>	<u>33.376.837</u>
Número de unidades de participação em circulação	<u>6.535.253</u>	<u>56.095</u>	<u>(708.053)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.883.295</u>
Valor unitário da unidade de participação	<u>5,7317</u>	<u>5,6770</u>	<u>5,6430</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5,6732</u>

O valor líquido global do Fundo, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada mês do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011, foi o seguinte:

Meses	Valor líquido global do Fundo	Valor da unidade de participação	Número de unidades de participação em circulação
Janeiro	36.704.166	5,6679	6.475.793
Fevereiro	36.180.717	5,6395	6.415.590
Março	35.297.826	5,5973	6.306.280
Abril	34.847.355	5,6328	6.186.540
Maio	33.632.513	5,6547	5.947.730
Junho	33.376.837	5,6732	5.883.295

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS”

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2011
(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2011, o número de participantes em função do Valor Líquido global do Fundo, apresenta o seguinte detalhe:

Entre 0,5% e 2%	5
Até 0,5%	2.236

Total de participantes	2.241
	=====

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de Junho de 2011, a carteira de títulos tem a seguinte composição:

	Custo de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira
Valores Mobiliários Cotados:				
Mercado de Bolsa de Estados Membros EU				
Unidades de participação de Fundos de Investimento Mobiliário domiciliados num Estado Membro UE				
- NOVEENERGIA II 2010	7.950.000	3.309.553	-	11.259.553
- PF - WATER I	3.334.424	285.759	-	3.620.183
- PARVEST ENVIRONM.Opp	3.418.362	88.157	-	3.506.519
- IMPAX NEW ENERGY FUN	1.762.808	190.004	-	1.952.812
- AMUNDI-VOL EURO EQ.	1.796.105	-	(6.629)	1.789.476
- EUROPEAN CARBON FUND	919.300	269.717	-	1.189.017
	<u>19.180.999</u>	<u>4.143.190</u>	<u>(6.629)</u>	<u>23.317.560</u>
Unidades de participação de Fundos de Investimento Mobiliário domiciliados em Portugal				
- FIQ-ENE.RENOV.CX CAP	4.500.000	64.179	-	4.564.179
- FEI CX F. MONETARIO	789.000	-	-	789.000
	<u>5.289.000</u>	<u>64.179</u>	<u>-</u>	<u>5.353.179</u>
Outros valores:				
Valores mobiliários nacionais não cotados				
Unidades de participação				
- Luso Carbon Fund	2.500.000	485.468	-	2.985.468
- FLORESTA ATLÂNTICA	1.400.000	34.373	-	1.434.373
	<u>3.900.000</u>	<u>519.841</u>	<u>-</u>	<u>4.419.841</u>
	<u>28.369.999</u>	<u>4.727.210</u>	<u>(6.629)</u>	<u>33.090.580</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011, foi o seguinte:

	Depósitos à ordem
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	670.408
. Aumentos	1.523
. Reduções	-

Saldo em 30 de Junho de 2011	671.931
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2011
(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2011, os depósitos à ordem encontram-se domiciliados na CGD, e apresentam a seguinte composição por moeda de origem:

<u>Moeda</u>	<u>Montante na moeda original</u>	<u>Contravalor em Euros</u>
EUR	670.995	670.995
USD	995	688
AUD	335	248

		671.931
		=====

Em 30 de Junho de 2011, os depósitos à ordem denominados em Euros eram remunerados à taxa anual bruta de 1,028%.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos. Os juros são registados pelo montante bruto, sendo o respectivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) reconhecido na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Impostos sobre o rendimento” (Nota 9).

b) Carteira de títulos

As unidades de participação em carteira são registadas ao custo de aquisição e valorizadas com base no último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço de mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado tem em conta o preço mais representativo, em função designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transacções.

Considerando que uma parte dos fundos em que o Fundo investe divulgam, no mínimo trimestralmente, o valor das respectivas unidades de participação, tal poderá implicar um desfazamento, em relação ao último valor disponibilizado, de 90 dias.

As mais ou menos-valias líquidas apuradas de acordo com as políticas contabilísticas definidas anteriormente são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício nas rubricas de “Ganhos/Perdas em operações financeiras na carteira de títulos”, por contrapartida das rubricas “Mais-valias” e “Menos-valias” do activo.

Os rendimentos distribuídos pelos fundos, nos quais o Fundo detém unidades de participação, são registados como proveitos na rubrica “Rendimento de títulos” no exercício em que são recebidos ou quando a respectiva sociedade gestora procede à sua divulgação.

c) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado mensalmente ao dia 21 (ou no dia útil anterior, no caso de não ser um dia útil) e no final de cada mês dividindo o valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido do património corresponde ao somatório das rubricas do capital do Fundo.

A rubrica “Variações patrimoniais” resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respectivamente.

d) Comissão de gestão e de depositário

A comissão de gestão e a comissão de depositário constituem um encargo do Fundo, a título de remuneração de serviços a si prestados.

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, estas comissões são calculadas mensalmente na data de valorização do Fundo, por aplicação de uma taxa fixa anual de 1,4% para a comissão de gestão e de 0,1% para a comissão de depositário, sobre o valor do património líquido do Fundo, excluindo o valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela entidade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de Grupo.

A comissão de gestão e a comissão de depositário são liquidadas mensalmente, através da aplicação das percentagens acima definidas, sendo registadas na rubrica “Comissões – Outras, de operações correntes”.

e) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do Fundo. Esta remuneração é calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor líquido global do Fundo no final de cada mês. Em 30 de Junho de 2011, esta taxa ascendia a 0,03%. Sempre que o resultado obtido seja inferior a 200 Euros ou superior a 20.000 Euros, a taxa mensal devida, corresponderá a um desses limites.

f) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em Euros, com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal. As diferenças resultantes da reavaliação cambial são reflectidas na demonstração dos resultados do exercício.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no exercício em que ocorrem.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos obtidos pelos fundos especiais de investimento constituídos sobre a forma de fundos de fundos respeitantes a unidades de participação estão isentos de IRC, com excepção dos rendimentos de unidades de participação de fundos não constituídos de acordo com a legislação nacional os quais são tributados às taxas de 20%.

O Fundo apenas regista imposto sobre os ganhos efectivos obtidos em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros no momento do seu resgate, não registando qualquer imposto sobre ganhos potenciais líquidos.

Os juros dos valores mobiliários e outros valores representativos de dívida de emitentes nacionais, bem como os juros de depósitos bancários em instituições de crédito no país são tributados autonomamente à taxa de 21,5%. Adicionalmente, os valores mobiliários e outros valores representativos de dívida de emitentes estrangeiros, bem como os juros de depósitos bancários em instituições de crédito estrangeiras são tributados autonomamente à taxa de 20%.

Em 30 de Junho de 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Imposto sobre o rendimento:

· Impostos pagos em Portugal:	
- Ganhos em unidades de participação	263.521
- Rendimento de unidades de participação	85.027
- Juros de depósitos à ordem	568

	349.116
	=====

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de Junho de 2011, o Fundo detém os seguintes activos expressos em moeda estrangeira:

<u>Moeda</u>	
AUD	335
USD	995
Contravalor em Euros	937
	=====

Nesta data, não existem operações de cobertura de risco cambial em aberto.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011, apresentam o seguinte detalhe:

<u>Custos</u>	<u>Valor</u>	<u>% Valor médio líquido global do Fundo</u>
Comissão de gestão:		
Componente fixa	215.028	0,6056%
Componente variável	-	-
Comissão de depósito	15.359	0,0433%
Taxa de supervisão	6.295	0,0177%
	<u>236.682</u>	
Outros	924	0,0026%
Comissões e taxas indirectas	374.841	1,0558%
	<u>612.447</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	35.503.918	
Taxa global de custos (TGC)	1,7250%	

Em 30 de Junho de 2011, a rubrica “Comissões e taxas indirectas” apresenta o seguinte detalhe:

NOVEENERGIA II 2010	133.344
FIQ-ENE.RENOV.CX CAP	90.964
LUSO CARBON FUND	37.610
PARVEST ENVIRONM.Opp	35.448
IMPAX NEW ENERGY FUND	24.444
FLORESTA ATLÂNTICA	17.782
EUROPEAN CARBON FUND	16.863
PF - WATER I	16.293
ALLIANZ DIT GLB ECTR	1.170
Outros	923

	374.841
	=====

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS”

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2011
(Montantes expressos em Euros)

17. OUTRAS CONTAS DE CREDITORES

Em 30 de Junho de 2011, esta rubrica tem a seguinte composição

Impostos a regularizar	348.548
Outros	923

Total	349.471
	=====

A rubrica de “Impostos a regularizar” inclui o imposto a pagar relativo a rendimentos obtidos fora do território português no decurso do exercício, o qual será liquidado até ao final do mês de Abril do ano seguinte, em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso relatório de revisão limitada sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 do Fundo Especial de Investimento Aberto “Caixagest Energias Renováveis” (Fundo), gerido pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (Sociedade Gestora), incluída no relatório de gestão, no balanço (que evidencia um total de 33.763.220 Euros e um total de capital do Fundo de 33.376.837 Euros, incluindo um resultado líquido negativo do período de 404.174 Euros), nas demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, são as que constam dos registos contabilísticos do Fundo.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade Gestora: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os organismos de investimento colectivo e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira acima referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e nas Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo sido planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever, para os aspectos materialmente relevantes: (i) o suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da adequada avaliação dos valores do Fundo; (iv) a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos no regulamento de gestão do Fundo; (v) a verificação do controlo sobre eventuais operações efectuadas fora de bolsa; (vi) a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e resgate das unidades de participação do Fundo; (vii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; (viii) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (ix) a apreciação sobre se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Página 2 de 2

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do Fundo Especial de Investimento Aberto “Caixagest Energias Renováveis” relativa ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os organismos de investimento colectivo e que, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

9. Nos termos do Regulamento nº 16/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o Fundo não procedeu ao registo do imposto sobre as mais-valias potenciais em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros. A nossa estimativa do impacto desta situação aponta para que, com referência a 30 de Junho de 2011, o referido imposto ascenda a, aproximadamente, 829.000 Euros (aproximadamente, 859.000 Euros em 30 de Junho de 2010).

Porto, 26 de Agosto de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Eduardo Manuel Fonseca Moura